

ALASDAIR MACINTYRE E O EMOTIVISMO MORAL: CARACTERIZAÇÃO, CRÍTICAS E CONTROVÉRSIAS

ALASDAIR MACINTYRE AND MORAL EMOTIVISM: CHARACTERIZATION, CRITICISM AND CONTROVERSIES

*Anderson Barbosa Paz*¹

Resumo: O presente texto tem o objetivo de apresentar a caracterização e crítica de Alasdair MacIntyre ao emotivismo moral, como também as posteriores controvérsias entre Waller-Unwin e John Lemos. Busca-se apresentar a leitura de MacIntyre sobre o emotivismo moral presente no último capítulo de *A Short History of Ethics*, suas críticas a essa concepção ética nos capítulos dois e três de *After Virtue*, os argumentos de Bruce Waller e Nicholas Unwin em defesa de uma reformulação do emotivismo moral e as críticas de John Lemos a essa sugestão. Espera-se que o texto contribua na apresentação dos principais argumentos do debate entre MacIntyre e o emotivismo moral, a fim de servir de orientação para outras discussões na área da metaética.

Palavras-chave: Alasdair MacIntyre. Emotivismo Moral. Metaética.

Abstract: This text aims to present Alasdair MacIntyre's characterization and criticism of moral emotivism, as well as the subsequent controversies between Waller-Unwin and John Lemos. It seeks to present MacIntyre's reading of moral emotivism present in the last chapter of *A Short History of Ethics*, his criticisms of this ethical conception in chapters two and three of *After Virtue*, the arguments of Bruce Waller and Nicholas Unwin in defense of a reformulation of moral emotivism and John Lemos' criticism of this suggestion. It is expected that the text contributes to the presentation of the main arguments of the debate between MacIntyre and moral emotivism, in order to serve as a guide for further discussions in the area of metaethics.

Keywords: Alasdair MacIntyre. Moral Emotivism. Metaethics.

Introdução

A disciplina de “metaética” é relativamente recente na história da filosofia. Enquanto a filosofia normativa reflete sobre questões de primeira ordem, como, por exemplo, “que decisão é correta ou justa?”, a metaética se preocupa com questões de segunda ordem, tais como, “o que significam os termos éticos?”, “qual a natureza do bom ou do certo?”. Apesar de ser possível encontrar questões referentes à metaética em filósofos anteriores, foi apenas no século XX, com a publicação de *Principia Ethica*, em 1903, de G. E. Moore, que a metaética como uma disciplina autônoma da filosofia surgiu. A partir de então, o debate da metaética floresceu no contexto britânico e se

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: andersonbarbosapaz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7799-3707>.

caracterizou pela análise da linguagem moral. No seio desse debate, destacou-se a filosofia emotivista que sugeria que os julgamentos morais eram expressões das emoções e dos sentimentos morais de um emissor. Autores como J. Ayer e C. L. Stevenson se destacaram ao posicionar a ética na emotividade.

Alasdair MacIntyre, importante filósofo britânico, reconheceu a importância das consequências do postulado do emotivismo moral sobre a ética. No último capítulo de sua obra *A Short History of Ethics*, de 1966, MacIntyre apresentou a formação do emotivismo moral como uma “filosofia moral moderna”. Quinze anos depois da publicação dessa obra, MacIntyre publicou seu clássico *After Virtue* (1981) em que expôs suas críticas e sua rejeição ao emotivismo moral. Para ele, o principal problema do emotivismo moral era o de negar a necessidade de uma justificativa racional para uma moralidade objetiva. O emotivismo moral, nesse sentido, representava a possibilidade de os julgamentos morais se tornarem arbitrários e voluntaristas conforme à emotividade dos agentes emissores de opiniões éticas.

Contudo, as críticas de MacIntyre ao emotivismo suscitaram algumas controvérsias. Dentre os textos que debateram suas críticas, destacam-se os artigos de Bruce Waller, “The virtues of contemporary emotivism” (1986), e de Nicholas Unwin, “Can emotivism sustain a social ethics?” (1990). Ao passo que Waller defendeu um tipo de emotivismo contemporâneo, notadamente, o emotivismo “Carnap-Feigl” de Rudolph Carnap e Herbert Feigl, Unwin buscou sustentar a razoabilidade do emotivismo moral para uma sociedade plural. Em contrapartida, John Lemos publicou um importante texto, “Problems with Emotivism” (2000), em resposta às críticas de Waller e Unwin a MacIntyre e em defesa dos apontamentos desse último em relação ao emotivismo moral.

O presente texto tem o objetivo de apresentar a caracterização e crítica de Alasdair MacIntyre ao emotivismo moral, como também as posteriores controvérsias entre Waller-Unwin e John Lemos. Para isso, em primeiro lugar, será apresentada a leitura de MacIntyre sobre o emotivismo moral presente no último capítulo de *A Short History of Ethics*. Em seguida, serão indicadas as críticas de MacIntyre ao emotivismo moral nos capítulos dois e três de *After Virtue*. Por último, serão expostos os argumentos da controvérsia entre Waller-Unwin e John Lemos acerca da crítica de MacIntyre ao emotivismo moral. Espera-se que o texto contribua na apresentação dos principais argumentos do debate entre MacIntyre e o emotivismo moral, a fim de servir de orientação para outras discussões na área da metaética.

1. Emotivismo moral contemporâneo segundo Alasdair MacIntyre

No último capítulo de sua obra *A Short History of Ethics* (Uma breve história da ética), publicada originalmente em 1966, MacIntyre apresentou sua leitura da “filosofia moral moderna”, notadamente, o intuicionismo não-naturalista e o emotivismo moral. Segundo MacIntyre (1966, p. 249), G. E. Moore, em sua obra *Principia Ethica*, de 1903, sustentou que “bom” é a) o nome de uma propriedade simples; b) não pode indicar um todo complexo; e c) não é analisável porque não pode ser identificado com nenhuma propriedade natural. O “bom” é, portanto, indefinível, assim como a “cor amarela”. Para Moore, semelhante à “cor amarela” que não pode ser identificada com as propriedades físicas da luz que produzem o efeito amarelo, o significado de “bom” não pode ser identificado com propriedades naturais, como, por exemplo, a concepção de “agradável”. Moore deu o nome de “falácia naturalista” à doutrina que tenta definir o “bom” em termos de outras propriedades, sejam elas naturais, sejam elas metafísicas. Ainda assim, Moore buscou identificar que coisas são efetivamente “boas” por meio da “intuição” e sugeriu que as coisas que são valiosas são aquelas que implicam certo estado de consciência prazeroso.

Moore, de acordo com MacIntyre (2021, p. 43-4), entendia sobre a natureza das questões éticas que:

1. “Bom” é uma propriedade não-natural e indefinível, de modo que proposições que afirmam que algo é “bom” são crenças intuídas pelo agente emissor e não são passíveis de provas ou refutações.
2. Dizer que uma ação é certa é afirmar que, entre as opções disponíveis, ela é a que produz ou produziu o maior bem. Isto é, as ações devem ser avaliadas por suas consequências em comparação com as consequências de outras possibilidades de ação.
3. O fim da ação humana deve ser a realização da amizade e a contemplação do que é belo, seja na arte seja na natureza.

MacIntyre (2021, p. 44-5) entende que a proposta de Moore tentou mostrar que “bom” é indefinível com base em uma definição ruim da palavra “definição” (definir é entendido como fragmentar um todo em partes constituintes) e boa parte de seu postulado foi afirmado e não sustentado por argumentos. Ademais, para MacIntyre

(1966, p. 252), Moore não sugeriu nenhum parâmetro para reconhecer o que é o “bom” e não ofereceu nenhum caráter do “bom” como motivo para ação. Assim, a crítica de MacIntyre ao intuicionismo não-naturalista de Moore se dá no sentido de que este retirou a base para uma moralidade objetiva ao mesmo tempo que não ofereceu fundamento para ação moral.

Segundo MacIntyre, o emotivismo moral surgiu como uma resposta ao intuicionismo moral do contexto inglês de entre 1903 e 1939. Mahon explica que:

O ano de 1903 foi quando o primeiro livro, "silenciosamente apocalíptico", de G. E. Moore sobre intuicionismo axiológico consequencialista, *Principia Ethica*, foi publicado, e 1939 foi o ano da publicação do último livro de W.D. Ross sobre intuicionismo deontológico, *Foundations of Ethics*. O emotivismo, então, foi uma resposta às duas formas de intuicionismo que floresceram na Inglaterra naquela época, em Cambridge (Moore) e em Oxford (H. A. Prichard e Ross). Foi, no entanto, especialmente uma resposta a Moore. (MAHON, 2013, p. 169, grifos do autor).

A discussão de MacIntyre acerca do emotivismo moral analisa principalmente dois autores, quais sejam, A. J. Ayer e C. L. Stevenson. De acordo com MacIntyre (1966, p. 258), Ayer entendeu que os julgamentos morais são expressões dos sentimentos e atitudes de um agente que não podem ser verdadeiros ou falsos, de modo que a linguagem tem a função de expressar a perspectiva emotiva do agente emissor do julgamento moral. Segundo Mahon (2013, pp. 181-4), apesar de MacIntyre não pontuar críticas diretas ao emotivismo de Ayer, podem-se apontar dois pontos críticos subjacentes em seus escritos: a) Ayer não ofereceu nenhum critério para distinguir entre a emoção moral e a emoção não-moral e, conseqüentemente, não indicou que tipo de sentimento as expressões morais demonstram e como podem apelar moralmente; e b) Ayer rejeitou a objetividade dos juízos éticos – juntamente com as declarações metafísicas – por supostamente não terem a intenção de expressar proposições genuínas, mas, para MacIntyre, juízos morais pretendem – efetivamente – expressar proposições genuínas.

De acordo com MacIntyre (1966, p. 257), C. L. Stevenson argumentou que as expressões morais existem primordialmente para mudar as opiniões das outras pessoas para que concordem com as opiniões do emissor. MacIntyre (1966, p. 258-9) critica a posição de Stevenson por: a) pressupor, como Moore, a neutralidade das expressões éticas por meio da separação entre fatos naturais e julgamentos morais; b) deixar as

discussões sobre os fins sempre indetermináveis e não permitir caminhos racionais para resolver desacordos morais; c) considerar que a finalidade das proposições éticas é a manipulação de outros; d) não explicar o que é “significado emotivo”, confundindo significado com uso da linguagem.

MacIntyre (1966, p. 269) critica o emotivismo moral como uma “filosofia moral moderna” que representa mais uma página da crise de falta de fundamento para a ética. Para ele, os julgamentos morais são históricos por dependerem de uma tradição. Todo conceito moral tem uma história que pressupõe uma tradição para sua própria interpretação. O significado de um termo moral depende da vinculação a uma tradição. Por sua vez, é a tradição que atribui racionalidade ao juízo moral para se chegar a acordos sobre fins. E são os fins e as virtudes dessa tradição que criam as conexões entre indivíduos distintos e mantêm os vínculos comunitários. Por isso, não se pode atribuir um caráter absoluto à expressão moral de um dado emissor. O problema, então, da filosofia emotivista é pressupor um fundamento no próprio emissor do juízo moral para convencer – emotivamente – seu interlocutor de sua própria moralidade.

2. As críticas de MacIntyre ao emotivismo moral

No início de sua obra *After Virtue* (Depois da Virtude), publicada em 1981, MacIntyre apresenta sua “tese inquietante”: a linguagem moral está em desordem. Isto é, a linguagem moral foi fragmentada e sua compreensão, tanto teórica como prática, foi perdida. Por isso, “parece não haver nenhum meio racional de assegurar um acordo moral em nossa cultura” (MACINTYRE, 2021, p. 31). A contemporaneidade aceita que a discussão moral é racionalmente interminável porque nenhuma divergência moral, de nenhuma época, pode ser resolvida. Diante desse desafio de impossibilidade de compreensão da moral, MacIntyre trata da resposta do “emotivismo”. O autor define “emotivismo” como a doutrina que afirma que “todos os julgamentos valorativos e, mais especificamente, todos os julgamentos morais *não são senão* expressões de preferências, expressões de pontos de vista e sentimentos, na medida em que são morais ou valorativas em seu caráter” (MACINTYRE, 2021, p. 39, grifos do autor).

Para o emotivismo, portanto, os julgamentos morais são expressões de opinião ou sentimento que não podem ser garantidos por nenhum meio racional, mas apenas podem buscar certos efeitos em outras pessoas. Assim, todas as discordâncias morais são racionalmente intermináveis. Nesse sentido, o emotivismo se tornou uma “teoria

sobre o sentido das frases que são usadas para fazer julgamentos morais” (MACINTYRE, 2021, p. 40). O julgamento moral tornou-se uma expressão de opinião para gerar efeito no interlocutor.

MacIntyre (2021, p. 40-1) sugere três razões pelas quais o emotivismo, enquanto teoria moral com pretensão de abrangência universal, fracassou:

1. O emotivismo falhou em identificar e caracterizar os sentimentos e pontos de vista que atribuem significado de aprovação moral. Isto é, o emotivismo não explicou que sentimentos ou pontos de vista de aprovação os julgamentos morais expressam.
2. O emotivismo errou ao tratar como equivalentes “expressões de preferência pessoal”, cuja justificação depende de quem diz a quem, e “expressões valorativas”, cuja justificação independe do contexto da enunciação.
3. O emotivismo falhou ao entender que a expressão de sentimento é função dos significados de frases, e não de seu uso ou função em determinadas ocasiões.

A aceitação da suposição emotivista de que toda tentativa de apresentar uma justificativa racional para uma moralidade objetiva fracassou implica que:

Se o emotivismo for verdadeiro, e na medida em que o for, então a linguagem moral é gravemente enganosa, e se o emotivismo é com razão tomado como verdade, e na medida em que o for, é de supor que o uso da linguagem moral herdada e tradicional deve ser abandonado. (MACINTYRE, 2021, p. 50).

Segundo MacIntyre (2021, p. 56), o emotivismo moral implica a destruição de qualquer distinção entre relações sociais manipuladoras e não-manipuladoras. Como não há critérios objetivos, o discurso moral se torna apenas uma tentativa de uma vontade conformar as opiniões, sentimentos, preferências e escolhas de outras pessoas ao entendimento do agente emissor do juízo moral. E, assim, o desacordo moral é celebrado como “pluralismo”. Os conflitos morais se tornam o confronto de uma escolha moral arbitrária em relação à outra. Em consequência, “o eu emotivista, ao adquirir a soberania de seu domínio, perdeu suas fronteiras tradicionais proporcionadas por uma identidade social e uma concepção da vida humana como algo ordenado a um determinado fim” (MACINTYRE, 2021, p. 70). Portanto, as críticas de MacIntyre ao

emotivismo moral sugerem que essa doutrina levou à perda da racionalidade moral objetiva sobre os fins das decisões éticas.

3. Controvérsias sobre a leitura de MacIntyre acerca do emotivismo moral

Depois da publicação de *After Virtue*, a leitura de MacIntyre sobre o emotivismo moral recebeu algumas críticas, como também houve tentativas de argumentar em favor de algum tipo de emotivismo reformulado. Em 1986, Bruce N. Waller publicou o texto “The virtues of contemporary emotivism” e, em 1990, Nicholas Unwin publicou o artigo “Can emotivism sustain a social ethics?”, ambos em defesa de um emotivismo moral reformulado. Uma década depois, John Lemos publicou, em 2000, uma importante resposta aos argumentos de Waller e Unwin, no texto “The Problems with Emotivism”.

De acordo com Waller (1986), os argumentos de MacIntyre só se aplicam a um tipo de emotivismo moral incipiente, mas não às versões mais recentes do emotivismo desenvolvidas a partir de um positivismo lógico tardio. Por isso, Waller propõe apresentar um tipo de “emotivismo contemporâneo forte” e defendê-lo face às críticas de MacIntyre. O emotivismo defendido é o “Carnap-Feigl” de Rudolph Carnap e Herbert Feigl que sugere que há diferenças entre “declarações de valor puro” e “declarações de valor particular” (WALLER, 1986, p. 62). Nas declarações de valor puro, como “desonestidade é ruim”, não se pode resolver os desacordos de forma racional. Nas declarações de valor particular, como “mentir é ruim”, os desacordos podem ser resolvidos racionalmente. Ademais, as declarações de valor puro podem ser reivindicadas como parâmetros para promover certos objetivos. Já as declarações de valor particular podem ser justificadas ou “validadas” racionalmente através de debate e pesquisa empírica.

Assim, na versão emotivista “Carnap-Feigl” se reconhece, segundo Waller, as dimensões cognitivistas e não-cognitivistas do discurso moral. Pois nas declarações de valor puro, que tratam de discussões sobre valores básicos e elementares, o julgamento de valor é reivindicado e o discurso moral se mantém não-cognitivista, visando apenas promover certos objetivos. Por outro lado, nas declarações de valor particular, que tratam dos julgamentos de valor particulares que devem ser adotados no nível da justificação ou validação, o discurso moral se mantém cognitivista. Waller (1986, p.

64), então, acredita preservar o não-cognitivism das versões iniciais do emotivismo moral, ao passo que abre espaço para o componente cognitivista do discurso moral.

Sobre o aspecto do significado da linguagem moral, MacIntyre criticara a teoria emotivista afirmando que o emotivismo moral é apenas uma teoria da função da linguagem moral, não de seu significado, à medida que o emissor busca apenas expressar emoções e convencer o interlocutor de sua atitude. Por sua vez, Waller (1986, p. 66) argumenta que os juízos morais de um emissor podem tentar convencer o interlocutor sem que os termos utilizados expressem sentimentos e atitudes de quem emite a avaliação. Ademais, MacIntyre criticara o emotivismo moral por obscurecer a distinção entre expressões avaliativas (que têm força independente do contexto) e expressões de preferências pessoais (que só tem força em alguns contextos). A essa crítica, Waller (1986, p. 67) responde que o emotivismo contemporâneo de “Carnap-Feigl” reconhece essa distinção entre “declarações de valor puro” que podem ser vindicadas e “declarações de valor particular” que podem ser validadas.

No que toca o aspecto da função da linguagem moral ou como a linguagem moral funciona, MacIntyre argumentara que se a linguagem moral servir apenas para expressar emoções e influenciar a atitude de outros, então ela não pode servir para comunicar verdades morais. Contudo, para MacIntyre, a linguagem moral pode servir para justificar valores morais e se ela tiver apenas a utilidade de expressar emoções e influenciar outros, algumas consequências – discutidas nos tópicos anteriores –, como o apagamento da distinção entre relações sociais manipuladoras e não-manipuladoras e a perda de critérios objetivos para os juízos morais, tornam-se aceitáveis. A esses argumentos, Waller (1986, p. 68) responde afirmando que o emotivismo “Carnap-Feigl” mantém a distinção entre relações sociais manipuladoras e não-manipuladoras na medida em que entende que a maioria dos juízos morais ocorre dentro de um quadro compartilhado de valores morais que pode ser discutido racionalmente e que a tentativa de convencer outra pessoa por meio das emoções não é necessariamente manipulativa. E sobre a perda de critérios objetivos para os juízos morais, Waller (1986, p. 69) sugere que o emotivismo reconhece que o ambiente cultural comunica vários valores morais para orientar as decisões morais.

Ainda no tocante à função da linguagem moral, MacIntyre entendera, conforme discutido nos tópicos anteriores, que o emotivismo moral retira ou mitiga a autoridade que a moralidade tem sobre as pessoas na medida em que nega justificção racional para os postulados morais. Por seu turno, Waller (1986, p. 70) responde a essa crítica

afirmando que comprometimentos morais não justificados racionalmente podem exercer autoridade sobre os indivíduos, posto que vários juízos morais não são racionalmente fundamentados. Por fim, MacIntyre argumentara que se os juízos morais só emitem expressões de preferências de determinada pessoa, não haveria porque outro indivíduo mudar suas próprias crenças e, além disso, se não há padrões objetivos de moralidade, usar uma linguagem moral seria uma expressão de desonestidade. À primeira dessas críticas, Waller (1986, p. 71) responde que o emotivismo “Carnap-Feigl” reconhece que há discursos morais valorativos com força emotiva que podem condicionar a emoção de outrem mesmo que não tenham sido justificados racionalmente. À segunda crítica, Waller (1986, p. 71) entende que não ter padrão objetivo de moralidade e ainda assim usar da linguagem moral para convencer outrem da opinião do emissor do juízo moral não implica desonestidade.

Unwin (1990) também busca defender o emotivismo contra a crítica de MacIntyre de que o emotivismo moral não pode sustentar uma ética social. MacIntyre argumentara que o consenso moral só pode ser alcançado se houver verdades morais objetivas, de modo que quando o emotivismo nega a objetividade de valores morais, o acordo sobre uma ética social não pode ser formado. Unwin (1990, p. 72-3) se dedica a argumentar que para se alcançar consenso moral não são necessárias verdades morais objetivas e que uma sociedade pode funcionar bem sem consenso moral. De acordo com Unwin, considerações factuais podem ser trazidas a uma discussão para promover convergência, ainda que a objetividade de valores morais seja negada. Ademais, uma sociedade plural depende que consensos morais com base nos sentimentos sejam formados, ainda que não se cheguem a consensos sobre crenças morais.

Por seu turno, Lemos (2000) rebate os argumentos de Waller e Unwin e sugere que as críticas de MacIntyre continuam fundamentais para a rejeição dos postulados emotivistas. Em relação às críticas de Waller a MacIntyre e sua defesa do emotivismo “Carnap-Feigl”, Lemos rebate seus argumentos sobre 1. a teoria emotivista do significado da linguagem moral e sobre 2. a teoria emotivista da função da linguagem moral. Acerca do significado da linguagem moral, Lemos argumenta que: a) mesmo que os termos morais não expressem aprovação ou desaprovação do emissor, eles tentam persuadir outros a adotar sentimentos ou atitudes de aprovação ou desaprovação moral (p. 289) e b) que não há diferença fundamental entre “declarações de valor puro” e “declarações de valor particular”, pois todo juízo moral, seja valores básicos seja de valores particulares, depende de um fundamento de valores objetivos (p. 290).

No que tange à função da linguagem moral, Lemos sustenta contra os argumentos de Waller que: a) em contextos de valores não compartilhados, o emotivismo moral só dispõe de uma atitude manipulativa para convencer outras pessoas (p. 294); b) mesmo que Waller esteja certo de que há discursos morais emotivos não necessariamente manipulativos, se não há moralidade objetiva – como sugere o emotivismo – não haveria porque alguém se engajar em um debate moral sem usar meios manipulativos (p. 295); c) o emotivismo moral, mesmo que reconheça a força do ambiente em orientar as decisões morais, não oferece padrão para escolher entre várias alternativas de uma sociedade plural (p. 296); d) se a alegação do emotivismo moral de não haver necessidade de justificação racional dos juízos morais fosse verdadeira, os indivíduos poderiam não se sentir compelidos pela autoridade de alguns princípios morais em detrimento de outros (p. 297); e) discursos morais condicionadores ou repetitivos não mudam, necessariamente, a opinião de outrem sem respaldo de uma justificativa racional (p. 300); f) se um emotivista moral usar da linguagem moral para persuadir outrem sem acreditar na existência de padrão objetivo implicitamente assumido em seu juízo, então o emissor desse juízo moral estará sendo desonesto (p. 302).

No que diz respeito à crítica de Unwin, Lemos defende que: a) MacIntyre não acredita que seja preciso a existência de um consenso moral para uma sociedade funcionar, mas sim que quanto menos acordo sobre juízos morais, a possibilidade de uma sociedade funcionar bem é diminuída (p. 303); b) ainda que fatos sejam trazidos para se alcançar consensos morais, não significa que eles poderão efetivamente gerar mais consenso moral em sociedades plurais (p. 305); c) os indivíduos podem concordar sobre fatos, mas discordar sobre atitudes morais, de maneira que buscar – como propõem os emotivistas – apenas concordância sobre atitudes morais sugere pouca esperança de gerar consenso moral (p. 305); d) buscar consenso sobre crenças morais é importante porque muitas decisões são tomadas com base em crenças, ainda assim não se pode negligenciar a importância de se buscar acordos morais com base em sentimentos e atitudes (p. 306).

Por fim, Lemos (2000, p. 307) considera que a divergência fundamental entre MacIntyre e os emotivistas, mais antigos e mais recentes, se dá sobre a percepção acerca da natureza humana. Enquanto MacIntyre vê o homem como um “animal racional” que precisa de fundamento racional para suas crenças morais, os emotivistas veem o homem

como um ser muito menos racional e mais emotivo para adotar suas crenças e atitudes morais.

4. Considerações finais

O emotivismo moral, segundo MacIntyre, falhou em atribuir significado e função à linguagem moral. Apesar de o emotivismo moral ter destacado a dimensão emotiva humana em suas escolhas morais, a ênfase nessa emotividade significou a perda de todo horizonte racional e a eliminação de toda objetividade acerca da moralidade. Essa perda de uma justificativa racional para moralidade fez com que as discussões morais passassem ao âmbito da vontade de um agente emissor de um juízo moral para convencer seu interlocutor de sua escolha moral. Os argumentos dos oponentes às críticas de MacIntyre ao emotivismo moral, notadamente, Waller e Unwin, parecem também ter falhado na reformulação dos argumentos emotivistas. Como John Lemos demonstrou, os argumentos de MacIntyre contra o emotivismo moral ainda se sustentam na medida em que sugerem que, mesmo em versões reformuladas do emotivismo, as consequências que derivam de suas premissas não-cognitivistas atingem fundamentalmente qualquer discussão objetiva acerca da moralidade.

Por outro lado, os emotivistas morais expuseram um problema importante para a teorização moral de MacIntyre: “justiça de quem? qual racionalidade?”. Uma sociedade plural apresenta discordâncias fundamentais acerca de questões morais últimas que não podem ser resolvidas racionalmente, mesmo que os indivíduos estejam sob a mesma tradição moral. A proposição de se adotar uma moralidade objetiva, como sugerira MacIntyre, para fundamentar escolhas racionais morais deve abranger, além de argumentos justificadores razoáveis, a consideração sobre a importância da dimensão emotiva no tocante a essas escolhas. A suposição de MacIntyre de ver o ser humano como um “animal racional” que precisa justificar suas escolhas morais deve ser ponderada com a dimensão emotiva e intuitiva na adoção de um tipo de moralidade. Nesse ponto, os postulados emotivistas morais não podem ser rejeitados como apenas mais uma página da história da ética, como parece sugerir MacIntyre no último capítulo de *A Short History of Ethics*. Se há uma crise acerca da moralidade, como entende MacIntyre, a dimensão emotiva deve ser vista como um importante elemento para sua superação – se esse for o caso. Portanto, o debate entre MacIntyre e os emotivistas

morais continua fundamental para as discussões acerca da moralidade de uma sociedade plural.

Referências

- LEMOS, John. The Problems with Emotivism: Reflections on Some MacIntyrean Arguments. *Journal of Philosophical Research* 25:285-309, 2000.
- MACINTYRE, Alasdair. *A Short History of Ethics*. First Edition. Macmillan: New York: 1966, pp. 249-69.
- _____. *Depois da virtude: um estudo sobre teoria moral*. – Campinas, SP: Vide Editorial, 2021.
- MAHON, James Edwin. MacIntyre and the Emotivists. In: Fran O'Rourke (ed.), *What Happened in and to Moral Philosophy in the Twentieth Century*. University of Notre Dame Press, 2013.
- UNWIN, Nicholas. Can emotivism sustain a social ethics? *Ratio III* (1):64-81, 1990.
- WALLER, Bruce N. The virtues of contemporary emotivism. *Erkenntnis* 25 (1):61 – 75, 1986.

Recebido em: 29/11/2021

Aprovado em: 15/03/2022